

Estados Unidos:

Ilusões e realidades do novo governo Obama, candidato da “mudança”, presidente da continuidade

por CLAUDIA CINATTI



INTRODUÇÃO

O artigo que apresentamos abaixo foi elaborado para a versão em espanhol da revista *Estratégia Internacional* 25 publicada pouco antes da posse do primeiro presidente negro dos EUA, Barack Obama. Embora as reflexões feitas nesta elaboração mantenham sua vigência, achamos necessário apresentar nesta breve introdução alguns elementos de análise sobre os primeiros passos do governo democrata, que já tem surpreendido a muitos analistas internacionais pela rapidez das crises abertas.

No calor da brutal crise econômica que destruiu 598.000 empregos só em janeiro de 2009, o entusiasmo entre a eleição de Obama e seus primeiros dias de governo se dissipou rapidamente. Isso já é uma mostra dos problemas que afronta e do excepcional tempo que vivemos. A lua de mel de 100 dias outorgada ao novo presidente norte-americano ainda não terminou. Mas

em pouco tempo de exercício de governo, o presidente Obama parece confuso, preso entre a pressão dos bancos e da aristocracia financeira que dirige o país, que pressionam para que os custos da crise caiam sobre as costas do povo trabalhador, e as expectativas dos trabalhadores e do povo de que a ascensão do novo presidente ao poder significaria uma mudança nas condições desesperadas de deterioração da economia.

A crise do caminho conciliador escolhido

Para alguns analistas a administração Obama já se mostra mais incompetente que a de Bush em seus piores dias. Alguns analistas burgueses ultra-liberais respeitados como Martin Wolf começa seu artigo de 11 de fevereiro no *Financial Times* perguntando-se inclusive se a nova presidência já fracassou

“A presidência de Barack Obama já falhou? Em tempos normais esta seria uma questão impensável. Mas estes não são tempos normais. Estes são tempos de grande perigo... Hoje se tenta estar no controle da situação; amanhã os acontecimentos nos controlarão. Fazer pouco é muito mais arriscado que fazer muito. Se falhar em agir com decisão, os riscos para o presidente serão imensos, como para seu predecessor. Os custos para os EUA e o mundo de uma nova falha do presidente não terá precedentes”.

Esta incipiente crise política a pouquíssimos dias de ter assumido é uma conseqüência do caminho extremamente temporizador e de unidade nacional eleito pelo novo presidente. Obama está muito longe ainda da política de ruptura de Franklin Delano Roosevelt durante a Grande Depressão, que evitou que o descontentamento das massas se fortalecesse e que desembocasse em radicalização independente dos dois grandes partidos da burguesia. Isso é o que pode se observar tanto no Plano de Estímulo aprovado em 10 de fevereiro no Senado, que no dia seguinte foi acordado antes de sua promulgação pelo presidente com a versão adotada pela Câmara de Representantes, como nos detalhes do novo plano de estabilidade financeira anunciado pelo secretário do Tesouro norte-americano, Timothy Geithner, no mesmo dia. No primeiro caso sua opção política de costurar um consenso bipartidário não conseguiu com que nem um só republicano votasse a favor da versão do Plano de Estímulo apresentada no parlamento. Pelo contrário, os republicanos denunciam demagogicamente o Plano como uma “socialização” da economia que traria consigo a posta de marcha de um “Estado de Bem-Estar” à européia. Isto por que o programa da direita republicana consiste em baixar ainda mais os impostos aos ricos e a destruir o pouco que resta da segurança social, transferindo o dinheiro público ao grande capital, mas por outras vias que os democratas propõem. Em seguida, o próprio indicado à secretaria de comércio por Obama, o se-

nador republicano Judd Gregg apresentou sua renúncia alegando “diferenças ideológicas irreconciliáveis”.

Mas sua pressão na câmara de senadores, onde os democratas somaram o apoio de três senadores republicanos, conseguiu liquidar os mínimos paliativos que este plano tinha para torná-lo palatável às massas, como a ajuda aos governos estatais, a construção de escolas ou o incremento dos cupons de alimentos, que é o central dos mais de 80 bilhões de dólares que foram tirados da versão adotada no parlamento. Por outro lado, se incorporaram algumas cláusulas como um crédito impositivo para compradores de casas, que alguns analistas chamaram como cláusula “transfira sua casa a seu irmão”, que custará muito dinheiro e não fará nada para impulsionar a economia. Não por casualidade tem diminuído o respaldo da população, como mostraram as pesquisas de opinião antes de sua aprovação. Neokeynesianos como Paul Krugman decepcionado pela lei votada, que responsabilizam a estratégia bipartidária seguida por Obama: “...esta foi sua melhor oportunidade de ter uma ação decisiva, e foi desperdiçada”. Por outro lado, o novo plano de resgate financeiro mostra que Obama serve aos interesses de Wall Street, como Bush. O conteúdo de seu novo plano pode ser resumido em uma negativa à nacionalização dos bancos e a castigar os acionistas. Estes são os limites políticos que o governo não está disposto a questionar.

Mas apesar destas garantias para os investidores e banqueiros, nunca um plano havia sido tão abertamente rechaçado por estes mesmos setores, como demonstra a forte queda da bolsa enquanto Geithner estava dando uma entrevista coletiva. É que a ausência de especificidade e de uma direta e aberta promessa de liberar as perdas dos bancos a expensas da população inflamar o ceticismo e uma aberta hostilidade dos mercados financeiros. Como coloca Nouriel Roubini

A pesada proposta do Tesouro norte-americano para dispor de ativos tóxicos pode ser mais bem entendida como uma combinação entre tomar ativos tóxicos dos balanços dos bancos e outorgar garantias governamentais à aqueles investidores privados que os comprem (e/ou provisão de capital público para financiar um “banco ruim” privado-público que compraria tais ativos). Mas este plano é tão pouco transparente e complicado que foi recebido por uma queda brusca nem bem havia sido anunciado, enquanto todos os principais índices de equidade dos EUA caíram agudamente. (RGE, 10/2)

E isso sem levar em conta que ainda no caso da nacionalização dos bancos “podres”, uma das saídas cogitadas pelo governo, o estado responderia por toda uma série de dívidas lixo que deverão mais cedo que tarde, isto é, deverá encarar uma reestruturação da dívida para recompor a acumulação capitalista. Isso é necessário não só no setor bancário e financeiro, como

também em outras partes da economia, como importantes corporações, o setor hipotecário de moradia, e os próprios lares, que se encontram com dívidas muito superiores em relação à sua renda. Mais precisamente, esta relação da dívida superior à renda é a mais alta desde a Grande Depressão. Por isso é provável que 2009 e 2010 sejam anos de falências e reestruturações, o que será enormemente doloroso e testará o sistema político norte-americano.

Neste marco, cada vez mais fica claro que a aristocracia financeira que concentra o poder dominante nos Estados Unidos e à qual as cúpulas dos partidos democrata e republicano atendem, se apresenta como um obstáculo insuperável para uma solução para a crise, abrindo a perspectiva – com sua contenção de capital que exacerba o racionamento creditício e a queda em espiral da “economia real”, confiada de que pode eventualmente forçar o governo a absorver o custo total de suas perdas – a entrada na segunda depressão, se é que já não entramos nela. A forte alta do desemprego, a contração do comércio mundial, que está caindo muito mais rápido que em qualquer momento da Grande Depressão e o colapso da produção industrial parecem confirmá-lo.

Contradições internas e externas

Esta perspectiva obscura, que poderia desatar o descontentamento da população, hoje fortemente contida pelas ilusões que o triunfo de Obama despertou. Entretanto, há que ressaltar que se por um lado é inegável que Obama funciona como um desvio à expressão do descontentamento dos trabalhadores e do povo norte-americano em relação à crise, contraditoriamente a vitória de um negro à presidência norte-americana podem levar a que setores explorados e oprimidos se animem a mobilizar-se, tal como se mostrou nas mobilizações de setores negros contra a violência policial ocorrida no início de 2009 em diversas regiões dos EUA. As próprias medidas que Obama tomou de legalizar a sindicalização em setores dos trabalhadores que viram este direito elementar serem retirados nos anos de ofensiva neoliberal, e que visam obviamente fortalecer a burocracia da AFL-CIO aliados ao governo para conter possíveis ações dos trabalhadores, podem trazer resultados contraditórios no sentido de abrir o caminho para que os trabalhadores adquiram uma consciência menos individualista que a reinante durante as décadas anteriores. Não está descartado que produto da debilidade do governo Obama em resolver a crise econômica que os golpeia mortalmente, sobretudo em setores como os operários das Três Grandes (GM, Ford e Chrysler), haja uma nova onda de mobilizações e fenômenos que há muito não se davam no seio do principal imperialismo. Apesar de no momento

não ser esta a dinâmica, já existem alguns fenômenos moleculares que apontam neste sentido, como foi a mobilização dos operários da Windows and Doors, e as ocupações de universidade por parte de estudantes que reivindicam questões imediatas e “contra os bancos”. Neste sentido, é que apontam os desesperados apelos de Zbigniew Brzezinski, ex- conselheiro de Segurança Nacional no governo de Jimmy Carter, para a criação de um Fundo de Solidariedade Social para conter “os enfrentamentos de classe e as revoltas que certamente se darão”.

Já no plano da política internacional, Obama também demonstrou que apesar do discurso de maior cooperação, não hesitou em enviar mais tropas para o Afeganistão, deslocando para lá dezenas de milhares de soldados, evidenciando que sua política nada tem de pacifista. Isso além de ter se posicionado com um silêncio cúmplice frente à ofensiva criminosa de Israel sobre a Faixa de Gaza, na qual as próprias agências internacionais do imperialismo como a ONU foram obrigadas a denunciar que o estado sionista havia cometido hediondos crimes de guerra. Atualmente, frente à perspectiva da formação de um governo de coalizão entre a direita do Likud e a ultra-direita de Yisrael Beitenu, e com o Kadima de Tzipi Livni tendo sido o principal protagonista do massacre aos palestinos para se localizar numa situação crescentemente à direita em Israel, Obama que fez de uma nova abordagem em relação ao Irã um dos carros chefes de sua campanha, vê também no plano externo as contradições de sua política de prometer a todos, e tentar pragmaticamente conciliar interesses irreconciliáveis. Se esta política, que no plano interno se traduz em uma tentativa de conciliar republicanos e democratas não tem sido bem sucedida, no plano externo tampouco foi capaz de suavizar as imensas polarizações na região do Oriente Médio, aprofundadas pela política imperialista dos anos de governo neoconservador de Bush. Assim, as imensas tensões no âmbito da geopolítica internacional seguem abertas, e podem recrudescer no próximo período – como já o demonstram as disputas e tendências ao protecionismo exercido sobretudo pelas principais potências – abrindo uma perspectiva de que o mandato “mundial” de Obama para reconstruir os alicerces do sistema capitalista se deteriore mais cedo que tarde.

Isso evidencia que só a classe trabalhadora, aliada à juventude e ao povo oprimido, pode resolver positivamente a grande crise que está se aprofundando. E que o papel dos trabalhadores e do povo norte-americano nesta imensa e necessária tarefa é fundamental.

Em 4 de novembro de 2008 a maioria dos norte-americanos transformou Barack Obama no 44º presidente dos Estados Unidos, e no primeiro afro-americano a ocupar o cargo. Esta eleição reflete uma mudança cultural de grande magnitude e tem um impacto simbólico que excede em grande medida o conteúdo concreto do que significará a presidência de Obama.

Indubitavelmente o aprofundamento da crise econômica, que se acelerou em setembro e outubro de 2008, e a percepção social da profundidade da recessão em curso, combinada com a forte oposição à guerra do Iraque foram os elementos decisivos na vitória eleitoral de Obama, e terminou de decidir o voto em favor do candidato democrata, inclusive em setores que ainda sustentam preconceitos raciais.

Ainda que Obama não tenha feito eixo na questão racial, evidentemente sua condição de afro-americano trouxe à tona o problema do racismo como tema de campanha. No dia seguinte às eleições os editoriais dos principais jornais norte-americanos se orgulhavam de que o país teria deixado o racismo para trás. O colunista do *The New York Times*, Thomas Friedman, escrevia que as eleições de 4 de novembro de 2008 entrariam para a história como a data simbólica em que culminou na guerra civil de 1861¹. Mas a cooptação de um pequeno setor da comunidade afro-americana (e também de latinos e outras minorias) para a elite política e econômica dos Estados Unidos – Obama, Colin Powell ou Condoleezza Rice – é a contrapartida da situação de marginalidade e opressão em que se encontra a minoria negra².

Com o transcorrer dos dias, a leitura sociológica da base eleitoral de Obama se tornou mais precisa: o candidato democrata obteve 95% dos votos dos negros, 67% dos latinos, quase 70% dos jovens menores de 30 anos e uma alta porcentagem da classe média com diploma universitário e idéias liberais, que tradicionalmente vota no partido democrata.

¹ Friedman parte do fato simbólico da vitória eleitoral de Obama na Virgínia, o estado escravista que iniciou a guerra de secessão em 1861, e coloca que “a pesar de um século de legislação de direitos civis, intervenções judiciais e ativismo social (...) na verdade nunca teria podido dizer que a Guerra Civil estava terminada até que uma maioria de norte-americanos brancos elegeisse efetivamente um afro-americano para presidente”. *Finishing our work*, NYT, 4-11-08. Na verdade a maioria dos brancos, cerca de 55%, votou em McCain.

² A minoria negra representa cerca de 12% da população. Enquanto que a taxa de pobreza média do país é de 12,5% e é só de 8,2% para os brancos, enquanto que para os negros é de 24,5%. A renda média de um trabalhador branco em 2007 foi de 54.920 dólares, enquanto que para um negro foi de 33.679. Os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo, ao redor de 2,2 milhões de presos, dos quais cerca de 42% são negros (segundo a pesquisa do *Pew*, 1 de cada 9 homens negros com idade entre 20 e 34 anos está preso, comparando com 1 em cada 30 brancos). Enquanto a taxa média de desemprego geral é de 6,7%, entre os negros é de 11%.

Sua vitória nos estados industriais – Ohio, Pensilvânia, Wisconsin, Michigan e Minnesota³ – indica que foi capaz de recuperar o voto dos setores sindicalizados da classe operária industrial majoritariamente branca, que desde meados dos anos 60 e, sobretudo desde a eleição de Ronald Reagan haviam mudado em grande parte seu voto em favor dos republicanos. Provavelmente isso foi possível graças à colaboração da central sindical AFL-CIO à campanha.

O partido republicano, o outro pilar do regime bipartidário do imperialismo norte-americano está atravessando uma crise de magnitude. Ainda que McCain tenha retido um importante número de votos tendo em conta o repúdio generalizado à administração Bush, e tenha mantido sua base tradicional nos estados do Sul e Meio Oeste (apesar de ter perdido em bastiões como a Flórida), sua derrota abriu um processo de recriminação entre suas distintas frações. O partido está dividido em um setor mais moderado, ao qual McCain representa, e outro mais fundamentalista, da direita social e religiosa, que ganhou notoriedade com argumentos racistas e extremos entre os simpatizantes da candidata a vice-presidente Sarah Palin⁴.

Entretanto, seria um erro pensar que as forças sociais por trás do fenômeno Obama são só as minorias afro-americanas e latina, os jovens e um setor significativo de trabalhadores. Obama foi em primeiro lugar o candidato eleito majoritariamente pela burguesia norte-americana, que ante a crise do partido republicano e o final desastroso da presidência de George Bush decidiu que a melhor opção para os interesses do imperialismo era uma mudança de imagem na política interna e externa. As principais corporações, entre as que se encontram muitas empresas de Wall Street como a Goldman Sachs, JP Morgan e o Citigroup, contribuíram com dezenas de milhões de dólares para a campanha de Obama⁵.

³ Obama ganhou nas grandes cidades, incluídos os estados nos quais McCain se impôs, mas nas cidades industriais as margens foram superiores. Por exemplo, em Detroit obteve quase 75% dos votos, em Flint 66%, e em Minneapolis 64%.

⁴ Um editorial da *Weekly Standard*, publicação líder da direita neoconservadora, reflete muito bem este estado de desorientação do partido republicano, assinalando que estão sem agenda, que suas idéias estão concentradas nas lutas internas e que quando tentaram atuar “se viram tentados a ser irresponsáveis, em setembro mais de um esteve disposto a por em risco o sistema bancário global com a esperança de conseguir uma vitória para o populismo anti-Wall Street” que lhe dão as costas às três grandes automotrizas e arriscam a produzir um pico de desemprego e que às vezes a agenda econômica do partido republicano consiste em exigir cortes de impostos às corporações e aos lucros do capital”.

⁵ Na década de 80, o historiador T. Fergusson analisou em distintos trabalhos a relação entre as empresas e o Estado norte-americano, mediada pelos dois principais políticos capitalistas, à qual definiu como “teoria do investimento”. Segundo sua tese e sua pesquisa sobre campanhas eleitorais e lobbies, as corporações industriais e financeiras e outros grupos de interesse atuam como “investidores”, e por meio de suas altas contribuições econômicas aos candidatos “elegem” a equipe política que depois se submete à eleição popular. Os textos completos desses documentos estão disponíveis em www.ft-ci.org.

Os meios de comunicação mais influentes, como o *New York Times* e o *Washington Post* e proeminentes republicanos como o ex-secretário de estado Colin Powell, junto com representantes tradicionais da política norte-americana das últimas décadas apoiaram ou assessoraram Obama durante a sua campanha.

Para o desencanto dos setores progressistas que alimentaram a ilusão de “mudança”, Obama formou um governo no qual os postos chave estão ocupados por democratas e republicanos que dirigiram a política norte-americana nas últimas décadas, foram os arquitetos das políticas de desregulamentação financeira e apoiaram a guerra do Iraque. Entre eles estão: Rahm Emanuel (o chefe de gabinete); Hilary Clinton (secretária de Estado); Robert Gates (secretário de Defesa de Bush, responsável pela guerra do Iraque e do Afeganistão); James Jones (assessor de segurança nacional e ex-assessor de McCain), Timothy Geither (secretário do tesouro). Foi o último chefe do Banco Central de Nova York, e responsável junto com Henri Paulson do plano de resgate bancário, e os ex-funcionários do governo Clinton, Robert Rubin e Lawrence Summers. Se ainda restava alguma dúvida, vale lembrar ainda que entre os assessores está Paul Volcker, o ex-chefe do Banco Central durante os governos de Carter e Reagan, que em 1979 produziu uma dura recessão ao triplicar as taxas de juros como saída frente à inflação, o que elevou o desemprego ao redor de 12%.

O FIM DA “ERA REAGAN”?

Tornou-se senso comum comparar o triunfo de Obama e do partido democrata com as eleições de Roosevelt em 1932, ou de Reagan em 1980, interpretando o momento atual como uma mudança em relação às idéias políticas precedentes. Ainda que o resultado obtido por Obama seja muito distinto da eleição arrasadora de Reagan em 1980 e 1984⁶, o impacto é

⁶ No auge da chamada “revolução conservadora” Ronald Reagan derrotou o democrata Jimmy Carter em 1980, que só ganhou em seis estados: Georgia, Maryland, West Virginia, Pennsylvania, Delaware e Minnesota, enquanto que Reagan ganhou 44. Ainda que a diferença no voto popular fosse de 10 pontos, Reagan obteve 90% dos votos no Colégio Eleitoral. Na reeleição de Reagan em 1984 o triunfo republicano foi mais devastador. O candidato democrata, Walter Mondale, só ganhou no estado do Minnesota e no Distrito de Columbia.

parecido e deu a sensação de que o mapa político norte-americano se transformou decididamente de vermelho (republicano) em azul (democrata).

A presidência de Reagan inaugurou uma nova época na política norte-americana. Desde o New Deal e o fim da Segunda Guerra Mundial até a crise de meados de 1970⁷, a política da classe dominante essencialmente foi manter uma espécie de "consenso keynesiano". Porém, contra o mito "progressista" construído ao redor do estado de bem-estar e de figuras como o presidente JF Kennedy, na verdade esta era a forma de ganhar base social para uma política imperialista agressiva de Guerra Fria, que em política externa significou, por exemplo, a invasão a Cuba, e a guerra do Vietnã, e internamente se traduzia em macarthismo e ataque patronal contra os sindicatos. As concessões à minoria afro-americana, como a ação afirmativa, foram a resposta estatal ao imponente movimento pelos direitos civis de fins dos anos 50 e princípios dos 60 que havia começado a se radicalizar na figura de Malcom X e que assinalava que a discriminação racial ameaçava desatar uma situação de violência fora de controle. Como era uma potência em expansão, os Estados Unidos se deu o luxo durante a presidência de Johnson de manter o estado de bem-estar conhecido como "Great Society" e declarar a guerra do Vietnã.

Entre fins da década de 60 e meados dos anos 70, os EUA viveram um processo de radicalização política que tinha como eixo a luta contra a guerra do Vietnã, e que se traduziu em uma crise do partido democrata com sua base progressista. No começo da crise econômica, a classe operária sindicalizada levava adiante importantes lutas. A "(contra)revolução conservadora" de Reagan foi possível após a dura derrota da greve dos controladores de voo em 1981, que acabou não só com milhares de demitidos como também com a destruição do sindicato PATCO. O reaganismo instaurou as ideias básicas do neoliberalismo do "estado mínimo", a agressividade da política exterior contra a União Soviética, à qual chamavam "império do mal", baseada essencialmente na supremacia militar para reafirmar a hegemonia morte-americana que tinha sofrido uma dura derrota no Vietnã. Este programa de renovada ofensiva capitalista, que também foi impulsionado por Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, foi adotado em todo o mundo e deu

Graficamente a reação política e ideológica destes anos se podem ver no mapa eleitoral quase absolutamente vermelho (cor do partido republicano). Os republicanos estiveram no poder por 12 anos consecutivos (dois mandatos de Reagan e um de Bush pai), o único caso similar na história foi os três mandatos consecutivos de Roosevelt, o último inconcluso por sua morte em 1945.

⁷ Isto se deu tanto para os governos democratas como para os republicanos. Na década de 50, o presidente republicano Eisenhower reduziu o gasto estatal, mas sem desmontar a estrutura do estado de bem-estar criado por Roosevelt e Truman. Mais que isso, impulsionou um plano de obras públicas que construiu a maioria das estradas do país. Nixon, outro presidente republicano, em 1971 cunhou a famosa frase: "agora somos todos keynesianos".

lugar a anos de domínio do chamado "Consenso de Washington". Os partidos reformistas social-democratas e o partido democrata norte-americano também se tornaram neoliberais com a chamada "terceira via" e a presidência de Bill Clinton.

Porém, uma combinação de fatores, essencialmente a crise econômica em curso, que explicitou o esgotamento das contra-tendências neoliberais com as quais a economia norte-americana (e mundial) tinha conseguido sair da crise de meados dos anos 70; as medidas tomadas pelos governos capitalistas de uma intervenção estatal sem precedentes desde a crise de 1929, à qual se soma a eleição de Obama, instalaram um debate que se reflete nas principais publicações do país, tanto progressistas como conservadoras, sobre se chegou ao fim "da era Reagan". Como assinala o historiador Sean Wilentz,

as idéias e a política conservadora dominaram a política norte-americana durante os últimos 40 anos, desde a derrocada do partido democrata com a guerra do Vietnã e as mobilizações urbanas de 1968. Agora, quase todos os elementos do conservadorismo de Reagan estão em descrédito, incluindo suas idéias principais sobre o livre mercado desregulado e a prosperidade⁸.

Apesar de ter anunciado a morte das ideologias, Francis Fukuyama, um ex-neoconservador é hoje um dos mais ardorosos defensores da necessidade de uma "mudança de idéias". Num editorial recente da revista *American Interest*, defende que

há três idéias principais do reaganismo que devem ser reformuladas ou diretamente descartadas para que os Estados Unidos possam atravessar a atual crise e restaurar sua credibilidade na nova era. A primeira tem a ver com a desregulamentação e o papel do governo na economia num sentido mais amplo. O colapso de Wall Street e a grande recessão na qual estamos entrando ocorreu por razões intrínsecas ao modelo de Reagan" (...). A segunda grande idéia reaganiana que deve ser repensada diz respeito aos gastos, isto é, à política fiscal. A terceira idéia tem a ver com a política exterior e o uso do poder norte-americano⁹.

Obviamente para Fukuyama o limite da "renovação" ideológica está nas

⁸ Sean Wilentz, *Conservative era is over*, *US News*, 24-11-08.

⁹ Francis Fukuyama, *A new era*, *America Interest*, 9-11-08. Em outro artigo publicado na revista *Newsweek* de 13 de outubro, coloca que há uma crise da "marca Estados Unidos", que havia conseguido impor sua visão do capitalismo com Reagan, e que restaurar o "atrativo" da marca norte-americana é um desafio da mesma magnitude que estabilizar o sistema financeiro.

conquistas conseguidas pela classe capitalista nas últimas décadas, sobretudo a flexibilização do mercado trabalhista e a perda de peso dos sindicatos.

O debate e a incógnita é se por causa da crise econômica e da crise de hegemonia em nível mundial a presença de Obama abrirá uma “nova era”, capaz de transformar a política norte-americana de forma duradoura e instalar um “novo paradigma”, como o presidente Roosevelt fez em 1933 com o New Deal.

Neste marco são maiores as ilusões e expectativas que a campanha “por mudança” que o conteúdo concreto que Obama expressou na composição de seu governo. É evidente que as medidas para responder à crise capitalista incorporam elementos opostos às receitas “neoliberais” das últimas décadas, sobretudo as propostas de planos de estímulo fiscal via criação de emprego público. Já o “resgate” estatal dos bancos e empresas capitalistas são medidas propostas tanto por neoliberais, como por keynesianos, para salvar o capitalismo em crise. Mas isso é muito diferente de dizer que há uma mudança radical em relação ao que vimos nos últimos 30 anos. O pacote de salvamento para os bancos votados por ambos os partidos, com a intervenção ativa de Obama, mostra que da mesma forma que seus pares republicanos, este pertence à elite política de Washington que está unida por mil laços à aristocracia financeira e às grandes corporações.

Um dos principais mantras da campanha de Obama, que captou as expectativas, elevou as ilusões de milhões nos EUA e entusiasmou a outros tantos no resto do mundo, foi uma vaga idéia de “mudança” que empalmou com o enorme rechaço popular ao governo republicano e com a esperança de reverter as políticas de quase três décadas de hegemonia conservadora.

Mas esta promessa de mudança está se mostrando completamente vazia. Longe de expressar alguma transformação no sentido do que grande parte de seus eleitores esperavam, a composição do novo governo é uma clara continuidade com as últimas décadas da política norte-americana, uma síntese bipartidária entre a ala moderada dos republicanos e figuras chave da era Clinton, o que indica que não implicará uma mudança radical, mas que tentará recuperar o “centro” do espectro político.

A apresentação da equipe de segurança nacional foi acompanhada de declarações favoráveis a usar “todos os elementos do poder norte-americano”, e fortalecer o aspecto militar “para derrotar as ameaças do século XXI”, entre as quais Obama mencionou as “novas potências que puseram o sistema mundial em aperto”. O significado desta eleição é inequívoco: a próxima administração buscará completar de forma mais ordenada possível a tarefa que Bush deixou inconclusa no Iraque e no Afeganistão e fazer o necessário para salvar às corporações da crise econômica.

Do “momento unipolar” à crise de hegemonia

A presidência de Barack Obama terá que fazer frente ao desafio mais sério ao domínio norte-americano desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com duas guerras inconclusas, uma crescente deterioração no sistema de relações interestatais, o recrudescimento de conflitos históricos como o da Índia e do Paquistão, combinado com a pior crise econômica desde a Grande Depressão que já está começando a se expressar como crise social no interior dos Estados Unidos.

Quase simultaneamente ao triunfo eleitoral de Obama, o *National Intelligence Council* publicou um documento sobre as perspectivas da situação internacional para as próximas décadas. Neste informe se prevê um cenário cada vez mais complicado para a liderança norte-americana, com conflitos regionais e outros problemas como a escassez de recursos energéticos e mudanças climáticas. Segundo este órgão de inteligência

Em 2025 o sistema internacional – tal como foi construído após a Segunda Guerra Mundial – será quase irreconhecível devido ao ascenso de potências emergentes, uma economia globalizada, uma transferência histórica de relativo poder econômico e riqueza do Ocidente para o Oriente, e a crescente influência de atores não estatais.

Nesta transição, que se percebe como “cheia de riscos” e da qual inclusive não se pode descartar um cenário similar ao do final do século XIX e seus preparativos para a I Guerra Mundial, “os EUA seguirão sendo o ator individual mais poderoso”, mas sua fortaleza declinará inclusive no terreno militar.

De acordo com este informe “a característica mais marcante da ‘nova ordem’ será a mudança de um mundo unipolar dominado pelos EUA para uma hierarquia relativamente desestruturada de velhas potências e nações emergentes”. Como conseqüência desta maior fragmentação e da declinação do poder econômico e em menor medida militar,

EUA não terão a mesma flexibilidade para escolher entre várias opções políticas”. O quadro se completa com as perspectivas econômicas. O informe diz que “o papel internacional do dólar provavelmente declinará e passará de ser ‘a moeda global de reserva’ a ocupar o primeiro lugar entre iguais num conjunto de moedas. (...) Esta declinação implicará concessões reais e imporá eleições difíceis para o comportamento da política exterior norte-americana”¹⁰.

Com certos matizes esta visão é compartilhada por um amplo grupo de

¹⁰ Global Trends 2025. *A Transformed World*, National Intelligence Council, nov 2008. Disponível em www.dni.gov/nic.

intelectuais, colunistas de jornais e revistas especializadas e assessores de política exterior, ainda que diferem nas implicações desta situação. Por exemplo, o editor de política internacional da Newsweek, F. Zakaria fala de um mundo “pós norte-americano” e o presidente do Council on Foreign Relations, Richard Haas, defende o surgimento de um “mundo não polar”. Até um neoconservador como R Kagan reconhece que

o mundo atual não é como havíamos previsto após a queda do Muro de Berlim em 1989. Poucos esperavam que o poder norte-americano enfrentasse tantos desafios, não só de potências emergentes, como também dos aliados velhos e mais próximos¹¹, ainda que sustente contra os chamados “declinacionistas” que como os EUA estão em decadência mas o resto do mundo está pior, não estaria questionado o seu papel como potência dominante¹². (...)

A visão majoritária de uma deterioração da posição norte-americana explicitou a necessidade de uma readequação política às novas condições para tentar restaurar a capacidade hegemônica do imperialismo norte-americano, seriamente prejudicada durante os oito anos de administração neoconservadora. As discussões sobre o declínio norte-americano não são novas. Um debate similar se deu após a derrota na guerra do Vietnã e durante os anos da presidência de Jimmy Carter nos quais a liderança norte-americana parecia ter chegado a um ponto historicamente baixo, cujo símbolo mais eloquente quiçá tenha sido a tentativa falida de recuperação dos reféns na embaixada dos Estados Unidos no Irã após a revolução de 1979.

Refletindo sobre estas condições do domínio imperialista, o acadêmico britânico Paul Kennedy afirmou há mais de 20 anos que existe uma relação necessária entre o domínio de uma grande potência e sua economia e que, neste sentido, fazendo uma comparação com o ascenso e a decadência do império espanhol no século XV e do império britânico no século XIX e XX, os EUA tinham

herdado toda uma série de compromissos estratégicos contraídos décadas antes, quando a capacidade política, econômica e militar da nação para influir nos assuntos mundiais estava mais assegurada”. Disso concluía que o imperialismo norte-americano estava submetido ao risco “tão conhecido pelos historiadores do auge e queda das anteriores grandes potências, do que poderíamos chamar grosseiramente como ‘excessiva extensão imperial¹³,

¹¹ Robert Kagan, *The September 12 Paradigm. America, the World and George W. Bush*, *Foreign Affairs*, September/October 2008.

¹² Robert Kagan, *Still N° 1*, *Washington Post*, 30-10-08.

¹³ Paul Kennedy, *Auge y caída de las grandes potencias*, Plaza & Janes Editores, Barcelona, 3ª ed, 1992, pag 627.

o que significa que na balança a soma dos interesses e obrigações internacionais dos EUA superava sua capacidade para poder defendê-los.

O ex-ministro de relações exteriores francês, Hubert Vendrine, tinha cunhado o termo de “hiper-potência”¹⁴ para tratar de dar uma dimensão de como se percebia o poder norte-americano no mundo, não só nos países da periferia como também nas potências capitalistas competidoras no início da década de 1990, após o colapso da União Soviética e do triunfo norte-americano na primeira guerra do Golfo.

Efetivamente, a década de 1990 foi a da ilusão de um poder norte-americano sem limites; os Estados Unidos tinham saído vitoriosos da Guerra Fria, e na guerra contra o Iraque saíam a mostrar seu enorme potencial militar desenvolvido durante os anos de Reagan. Como se costuma dizer, os dois pilares da hegemonia norte-americana, o dólar e o Pentágono pareciam firmes para sustentar o peso da hiper-potência.

Durante esta década de domínio norte-americano, que os ideólogos neo-conservadores denominaram “o momento unipolar”, foi se gestando a idéia de uma mudança estratégica nas relações internacionais representada pelo chamado *Projeto para um Novo Século Americano*, que finalmente se impôs como política de estado após os atentados de 11 de Setembro. Segundo este *think thank* da política imperialista, o governo de Bill Clinton havia dilapidado as conquistas nas administrações de Reagan e Bush pai com suas “intervenções humanitárias” nos lugares onde não estava em jogo interesses importante para os Estados Unidos, como a Somália. Esta nova estratégia pretendia relançar o poderio norte-americano derrubando as bases da ordem do pós-guerra, que segundo os neoconservadores expressava uma relação de forças que já não correspondia ao predomínio dos Estados Unidos.

Anunciada no tristemente célebre discurso sobre segurança nacional de George Bush em setembro de 2002, propunha uma mudança qualitativa nas relações inter-estatais, uma política exterior agressiva baseada no unilateralismo e no poderio militar e tinha como objetivo reafirmar o predomínio norte-americano não só sobre os inimigos, como também sobre os aliados, incluídas aí as potências européias. A chamada “guerra contra o terrorismo” era a justificativa do direito de intervenção militar dos Estados Unidos de forma preventiva e de derrubar os governos inimigos e impor uma “mudança de regime”. Este unilateralismo que causou fissuras sem precedentes nas últimas décadas nos blocos imperialistas durante a preparação da guerra do Iraque fez com que os Estados Unidos levassem adiante a

¹⁴ A versão “esquerdista” deste mesmo fenômeno foi a tese de Império de T. Negri, que incorporava em sua análise da dominação imperial as comparações que vários autores propunham entre os Estados Unidos e o Império Romano.

campanha militar contra o regime de Hussein, só acompanhados pela Grã-Bretanha e Espanha e outros países árabes e semicoloniais.

Por sua vez, o governo de Bush continuou com a política ofensiva sobre a Rússia posta em marcha por Clinton, que por meio da ampliação da OTAN e a incorporação de países como a Geórgia e a Ucrânia buscava cercar e diminuir a influência do regime de Putin na Ásia Central, uma região estratégica, além de obstaculizar as relações comerciais entre a Rússia e as potências da União Européia, principalmente da França e da Alemanha.

Por seus objetivos ambiciosos, a derrota da estratégia neoconservadora posta em marcha nas guerras do Afeganistão e Iraque, que implicou uma custosa ocupação militar e milhares de baixas entre as tropas imperialistas, teve o efeito inverso e longe de projetar poder para o resto do mundo expôs a “sobre extensão” dos Estados Unidos que entre o Afeganistão e o Iraque tem comprometido quase a totalidade pelo regime russo durante a mini-guerra entre a Rússia e a Geórgia, aliada dos Estados Unidos, ante a qual o “bloco ocidental” ficou dividido entre por um lado os Estados Unidos e a Grã-Bretanha que tentaram sem êxito impor uma política dura contra o regime de Putin, e França e Alemanha por outro, que priorizaram suas relações com a Rússia. O outro elemento atuante que pode decidir uma espécie de “retorno da diplomacia” que parece guiar a política exterior do novo governo é a dinâmica que tomará a crise econômica mundial que ainda não alcançou seu cume, e que incidirá nas relações interestatais.

Neste marco, a capacidade de Obama para recompor a liderança imperialista será posta a prova mais cedo que tarde. Sem ir mais longe, os atentados de fins de novembro na Índia parecem apontar à estratégia de Obama de impulsionar uma espécie de reconciliação entre a Índia e o Paquistão, duas potências nucleares, como forma de obter uma relativa estabilização na Ásia Central e poder concentrar os esforços para obter um triunfo imperialista no Afeganistão.

Se a grande ilusão de uma maioria de norte-americanos que se opõe à política belicista de Bush e sua continuidade em McCain é que Obama ponha fim à guerra e ocupação do Iraque e do Afeganistão e adote uma política mais benigna, a expectativa da classe dominante norte-americana é que Obama seja capaz de gerar as condições para recompor a imagem dos Estados Unidos e recuperar aliados para poder fazer frente a estes desafios e garantir os interesses nacionais da principal potência imperialista e de suas corporações.

Em 1936 Trotsky referindo-se à elevação dos Estados Unidos ao “status de potência imperialista dirigente do mundo” numa época histórica de declínio capitalista, colocava que “estendendo seu poderio por todo o mundo, o capitalismo dos EUA. Introduce nos seus próprios fundamentos a instabi-

lidade do sistema mundial”, e que o desenvolvimento da política e da economia norte-americanas “depende da crise, guerras e das revoluções em todas as partes do mundo”¹⁵. Parece ter chegado um momento em que estas contradições estão estourando e configurando um novo cenário mundial.

Indubitavelmente a crise de dominação norte-americana já está abrindo uma situação internacional convulsiva. Para os que supõem que as potências imperialistas podem avançar ordenadamente em direção a uma nova estrutura de poder mundial de forma “diplomática” e “multilateral” vale recordar que a lenta decadência da Inglaterra e a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial incluiu desde começos do século XX acontecimentos extraordinários, como a guerra anglo-boer¹⁶, a guerra russo-japonesa, as guerras balcânicas, a revolução mexicana, a primeira guerra mundial, a primeira e a segunda revolução chinesa, a revolução russa, a crise de 1929, o surgimento do nazismo e a segunda guerra mundial.

Neste sentido, é que se mostra como atual a definição de Lênin e do marxismo clássico de que vivemos em uma época de crise, guerra e revoluções. A decadência e o debilitamento econômico podem levar os Estados Unidos a recorrer à superioridade militar para defender seus interesses. Isso não implica que no imediato as potências imperialistas estejam se preparando para um enfrentamento, mas se provavelmente se aprofundam os conflitos regionais que envolvem os estados aliados ou sócios das principais potências, como antecipações de conflitos maiores.

A POLÍTICA EXTERIOR DE OBAMA

O triunfo de Obama foi recebido com entusiasmo e simpatia não só em amplos setores populares em todo o mundo, como também pelos governos das potências imperialistas e dos países da periferia, inclusive do presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad, que enviou saudações. A expectativa destes governos é que Obama comande um giro significativo na política exterior

¹⁵ León Trotsky, *Sobre los Estados Unidos de América, julio de 1936*. Em: *Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición*, Compilación, CEIP, Buenos Aires, 1999, pag 153.

¹⁶ Para muitos historiadores, inclusive marxistas, a guerra anglo-boer (1900-1902) apesar de ter terminado com um triunfo (muito custoso) da Grã-Bretanha, marcou o começo irreversível da decadência do império britânico. Esta perda de poder imperial tinha como base a declinação do poder econômico e financeiro, que se expressava na perda de competitividade e de produtividade da economia britânica comparada com a dos Estados Unidos, que já a tinha ultrapassado em 1880 e a Alemanha na década seguinte. A Inglaterra administrou sua decadência e foi capaz de manter sua liderança várias décadas apesar de ter perdido sua primazia econômica, em parte tomando a decisão estratégica de se adaptar ao ascenso dos Estados Unidos. (Ver, por exemplo, P. Kennedy, op cit pag 288-296)

imperialista e tente restaurar algo do “*soft power*” no manejo dos assuntos internacionais, enterrando o militarismo e unilateralismo da administração de Bush.

A exceção mais importante a esta tendência foi a Rússia que num comunicado de seu presidente Medvedev emitido no mesmo dia que se tornou pública a vitória de Obama, reiterava sua decisão de responder aos mísseis instalados na Polônia. Desta forma dava a entender claramente que, ao menos da parte da Rússia, não haverá uma “lua de mel” com o novo governo norte-americano. Depois do fracasso da política exterior ofensiva de Bush parecia ter surgido um novo consenso de que é necessário voltar ao “realismo”, isto é a um enfoque mais cauteloso e multilateral que permita recuperar aliados e recompor a liderança para um mundo que se percebe muito mais anárquico e perigoso para os interesses do imperialismo norte-americano. Segundo F. Zakaria,

o desafio real para Washington é usar suas capacidades – militar, política, econômica – para trabalhar com os outros e criar um mundo mais estável, pacífico e próspero no qual sejam assegurados os interesses e ideais norte-americanos¹⁷.

Esta é entidade como a forma mais segura de garantir os interesses norte-americanos. Como P. Kennedy lembra em um artigo recente em que analisa as linhas gerais da política exterior de Obama

um estudo minucioso da retórica e da política real de seus predecessores, Wilson, FDR e JFK, se torna muito útil. Como todos os historiadores dirão, nenhum destes grandes estadistas ‘internacionalistas’ fez outra coisa que perseguir o interesse ‘nacional’ norte-americano.¹⁸

As vozes da burocracia política bipartidária apostam que o rosto de Obama e a ilusão progressista que suscita sejam suficientes para ressuscitar uma política mais clássica “morde e assopra”, mais eficiente e menos custosa que a linha “revolucionária” neoconservadora. Numa entrevista recente, Dennis Ross, ex-diretor de planejamento do Departamento de Estado na presidência de Bush pai, coordenador especial para o Oriente Médio de Obama, colocou abertamente que “quando se tem alguém como o presidente Obama é muito mais difícil demonizar os Estados Unidos. É muito

¹⁷ Zakaria, *McCain’s Downfall: Republican Foreign Policy*, *Washington Post*, 9-11-08. O autor traça um paralelo entre a crise das ideias econômicas da “revolução conservadora” de Reagan e Thatcher e a crise da política exterior republicana, baseada no unilateralismo e nos ataques militares preventivos, que segundo sua visão está completamente esgotada. Sua conclusão é que Obama tem que girar o centro do espectro político, mas isso não implica tomar, senão abandonar, as idéias da administração Bush para a política exterior.

¹⁸ Paul Kennedy, *The return of soft power?*, *International Herald Tribune*, 13-11-08.

mais simples deixar claro que nossos objetivos no cenário mundial são os corretos e aumentar nossa capacidade de competir¹⁹.

Porém, ainda está por ver se Obama será capaz de jogar este papel de “renovação” da liderança imperialista. A composição de seu governo e as linhas políticas gerais de sua administração mostram uma forte continuidade com a política exterior dos últimos anos, que contrasta com sua promessa de “mudança”. Todos os integrantes de seu gabinete de segurança nacional e do departamento de estado estiveram a favor da guerra do Iraque e as nomeações foram recebidas com entusiasmo pela direita, a mais tradicional como a de *Wall Street Journal* até as páginas da principal revista neo-conservadora, *Weekly Standart*, passando pelo principal arquiteto do governo Bush, Karl Rove. O mais provável é que Obama leve adiante uma política exterior essencialmente conservadora, mantendo uma continuidade nos interesses do Estado, combinando o “clintonismo” com os setores moderados da administração republicana que levaram adiante o giro do unilateralismo da primeira presidência de Bush para uma política mais multilateral. Como já havia adiantado como pré-candidato presidencial ante o influente lobby sionista norte-americano, Obama manterá sua aliança incondicional com o Estado de Israel. Em sua etapa inicial seguramente fará “gestos” que apontarão para uma recomposição da imagem “democrática” dos Estados Unidos, como por exemplo, poderia ser o fechamento da prisão de Guantánamo, mas estas medidas que gozarão de ampla simpatia estarão a serviço de diminuir as críticas para uma política ofensiva que já foi anunciada no Afeganistão.

Suas prioridades estarão em resolver gradualmente a ocupação militar no Iraque, propor algum marco de negociação ao Irã, concentrar o esforço militar no Afeganistão e conseguir a colaboração dos aliados europeus, Paquistão (e quiçá da Rússia) para combater os talibãs e outras forças irregulares que as tropas da OTAN enfrentam e relançar as negociações entre os israelenses e os palestinos, envolvendo também a Síria. Tudo isso enquanto mantém a aliança estratégica com o Estado de Israel e seu compromisso de garantir sua segurança, o que permanentemente tensiona para uma política mais agressiva contra o Irã. Mas dada a situação mais geral do imperialismo norte-americano este plano não parece muito simples de concretizar.

Obama herda uma situação muito difícil para o domínio imperialista no Oriente Médio, após a falida tentativa de usar a invasão e a ocupação do Iraque como uma plataforma para consolidar o poder norte-americano e garantir a segurança do Estado de Israel. Como se sabe, nada saiu como os

neoconservadores tinham imaginado há seis anos. O fortalecimento do Irã como potência regional foi uma conseqüência não desejada da invasão do Iraque e da queda de Saddam Hussein. Os EUA se viu obrigado a negociar com o regime dos aiatolás, isto é com o inimigo número um dos Estados Unidos e Israel na região, e de fato, a cooperação do regime iraniano foi indispensável para manter a situação relativamente estável no Iraque, sem que os conflitos aumentem²⁰.

A isto se soma que em julho-agosto de 2006 o estado de Israel perdeu pela primeira vez uma guerra, foi derrotado pelo Hezbollah em sua incursão no Líbano, e por sua vez, o governo de Olmert está terminado, ainda que tenha sido capaz de administrar a continuidade do Kadima no governo. Isso não impediu que as tropas israelenses com a colaboração do presidente palestino Abbas mantivesse o cerco sobre a faixa de Gaza governada pelo Hamas.

Longe de suas promessas de campanha de retirar as tropas do Iraque em 16 meses, a política “realista” de Obama é adotar o acordo votado pelo parlamento iraquiano que legaliza a presença das tropas norte-americanas até 31 de dezembro de 2011²¹. Para meados de 2009 os Estados Unidos esperam poder concentrar suas forças de combate em bases afastadas dos centros urbanos iraquianos e intervir a pedido do governo local. Isso de nenhuma maneira implica que a custosa ocupação do Iraque já esteja resolvida em favor dos Estados Unidos.

O governo de Bush havia conseguido nos últimos meses uma relativa estabilidade produto de uma combinação de fatores, entre os quais se destaca o acordo com os líderes tribais sunitas que passaram de combater a ocupação a colaborar com as tropas norte-americanas na perseguição de elementos supostamente ligados à Al Qaeda. Mas o elemento fundamental que permitiu manter os conflitos religiosos dentro de parâmetros aceitáveis para as tropas imperialistas foi a intervenção do Irã, que com sua mediação conseguiu desativar em mais de uma oportunidade a guerra interna entre as distintas frações xiitas. O artífice destas políticas foi em grande parte R. Gates pelo que Obama aposta em sua continuidade no cargo por ao menos

²⁰ O regime iraniano teve um papel de contenção de todas as alas dos partidos xiitas e desarticulou, ou ao menos postergou, a guerra civil entre a coalizão de governo formada pelo partido Dawa de Maliki e o Conselho Supremo Islâmico Iraquiano (o aliado mais firme do clero iraniano) e a milícia do clérigo radical Al Sadr, sobre quem o aiatolá Kamei tem grande influência.

²¹ O acordo foi aprovado em 27 de novembro de 2008 com o voto favorável dos partidos xiitas Dawa e Conselho Supremo Islâmico Iraquiano, os partidos curdos, e a Frente de Acordo Iraquiana que agrupa a distintos partidos sunitas. O partido do clérigo xiita Al Sadr votou contra e, além disso, organizou uma mobilização de vários milhares para exigir a retirada imediata das tropas norte-americanas.

um ano, termine de estabilizar um cronograma de saída do Iraque. Está claro que esta política está condenada ao fracasso se uma política agressiva dos Estados Unidos fizer o Irã decidir retirar sua colaboração.

Obama prometeu “dialogar sem condições com o Irã” como forma de ganhar um setor da população e do regime dos aiatolás, para uma política mais pró-estadunidense. Segundo seu assessor para a região, Dennis Ross este “diálogo” deve ser direto e não através de intermediários, e seguir a lógica de “morde e assopra” para impor uma mudança de orientação no governo iraniano²². Em última instância a aposta dos Estados Unidos é que a crise econômica e a queda nos preços do petróleo e do gás levem a uma mudança governamental no Irã, que terá eleições presidenciais em meados de 2009, ou aprofunde as fissuras entre o presidente Ahmadinejad, e setores do clero que têm uma posição mais conciliadora. Mas nada garante aos EUA que isso ocorrerá. Esta política não é bem vista pelo Estado de Israel, que pressiona constantemente para que os Estados Unidos realize ou autorize um ataque limitado contra as facilidades nucleares do Irã, já que monopólio no armamento nuclear é a base de sua estratégia de segurança para manter os seus vizinhos árabes submetidos, não há que esquecer que com este objetivo lançou um ataque preventivo contra o Iraque em 1981 para destruir seu reator nuclear.

Os planos de Obama de retirar gradualmente as tropas do Iraque e se concentrar no Afeganistão dependem em grande medida de chegar a um acordo com o Irã, daí o interesse em estabelecer uma política “diplomática” para conseguir a colaboração do regime e tratar de conter seu avanço nuclear, porém, ainda não está claro o que Obama terá para oferecer à teocracia iraniana e como se conjuga esta política com a aliança incondicional com o Estado de Israel.

No Afeganistão a “guerra boa” segundo Obama, a situação é bastante alarmante para o imperialismo. Ao menos desde 2006 os talibãs e outros grupos que resistem à ocupação passaram à ofensiva contra as tropas da OTAN e recuperaram base ante a enorme impopularidade do governo de Karzai, que com toda justeza é visto como um fantoche dos Estados Unidos. O conflito no Afeganistão ultrapassou as fronteiras do Paquistão, onde as organizações islâmicas radicais vem ganhando terreno ante os ataques do

²² Na edição de janeiro-fevereiro de 2009, a revista *Foreign Affairs* publica um extenso ensaio de Richard Haas e Marin Indyk, intitulado *Beyond Iraq*. Neste artigo se aconselha a dar como concluído o episódio do Iraque e construir um novo marco estratégico para resolver os problemas do Oriente Médio. Quanto ao Irã, são partidários deste mesmo enfoque e aclaram que “a opção de uma resposta militar – lançada seja por Israel ou pelos EUA – deve figurar como último recurso, pois Teerã poderia ver a iniciativa diplomática de um presidente jovem e recém-eleito como uma oportunidade para ganhar tempo até que o Irã cruze o umbral nuclear”.

exército paquistanês, que atua sob a pressão norte-americana. Ante esta situação, o Pentágono vem idealizando uma política similar à implementada no Iraque de cooptar grupos tribais opositores, incluído algum setor “reconciliável” entre os talibãs. Muitos analistas coincidem que esta operação é quase impossível se os Estados Unidos não conseguem mudar qualitativamente a percepção da debilidade das tropas da OTAN.

A política anunciada por Obama é transferir 7000 soldados do Iraque para o Afeganistão, que se somarão aos 32.500 soldados que os Estados Unidos já têm e pressionar o governo e o exército paquistanês para que atue contra os grupos armados, sobretudo na região da fronteira. O segundo passo será tratar de que os outros aliados da OTAN incrementem sua participação militar. Mas até o momento nada indica que a UE está disposta a isso. Antes de tudo tende a uma política não centrada no aspecto militar e propõe a realização de uma conferência de todos os países vizinhos, política com a qual os Estados Unidos não têm acordo. O outro ponto de divergência entre os EUA e a União Européia é o apoio ao governo de Karzai. No próximo ano se deveriam realizar eleições presidenciais. Enquanto que a UE considera terminado o ciclo de Karzai este não está disposto a renunciar à sua reeleição, e espera o apoio do governo norte-americano.

Na perspectiva que a estratégia de Obama deixou antever, o Afeganistão entraria em uma política mais ampla para conseguir uma certa estabilidade na Ásia Central, que tem como elemento central a tentativa de aproximação entre a Índia e o Paquistão. Entretanto, esta política parece enfrentar sérios obstáculos antes inclusive de sua implementação, como mostra a cadeia de atentados ocorrida em fins de novembro de 2008 em Mumbai.

O mundo que Obama se propõe a liderar se tornou em vários sentidos anti norte-americano. Em parte isso se deve a que o último ciclo de crescimento econômico permitiu a emergência de novos atores na cena internacional, como a China, Rússia, Índia e em menor medida a Venezuela. Estamos numa situação em que nenhuma potência capitalista competidora, nem menos ainda países dependentes como a China, estão em condições de disputar a hegemonia norte-americana, mas sim de questionar seriamente seu domínio e de tratar de consolidar esferas de influência que lhes permita pesar nas decisões da política internacional. Neste sentido, a “mini-guerra” entre a Rússia e a Geórgia, um aliado dos Estados Unidos ao que Bush tentou sem êxito incorporar à OTAN, foi um adiantamento dos conflitos regionais com projeção mundial que em última instância são o resultado da situação que emergiu com a derrota da estratégia neoconservadora. Neste marco de uma maior anarquia nas relações interestatais e de crise capitalista é muito provável um novo desenvolvimento da luta de classes.

UM NOVO NEW DEAL?

A economia norte-americana está oficialmente em recessão desde dezembro de 2007. Só no mês de novembro de 2008, mais de meio milhão de norte-americanos perderam seus empregos²³, em todo o ano esta cifra ascende a 2,2 milhões sem contar aqueles que já desistiram de buscar trabalho. A taxa média de desemprego que é de 6.7% ainda se mantém baixa se for comparada com o 25% depois do *crack* de 1929. Mas o alarmante é o crescimento geométrico do desemprego, que em novembro duplicou com respeito a outubro de 2008. Segundo estas projeções nas semanas iniciais da presidência de Obama os postos de trabalho perdidos poderiam chegar a superar os 3 milhões, inclusive alguns estimam que a taxa de desemprego para o ano de 2009 pode chegar a duplicar em relação à de 2007. O quadro de crise social em curso completa com a queda do salário de milhões de trabalhadores que em forma involuntária passaram a trabalhar meio período; a falta de medidas de segurança social – ao redor de 50 milhões de norte-americanos não têm plano de saúde – as famílias que estão ficando sem suas casas produto da crise das hipotecas subprime, o alcance limitado do subsídio de desemprego, que só cobre 32% dos trabalhadores desempregados e só se recebe por seis meses. Nos estados industriais que votaram majoritariamente em Obama, a crise é mais profunda. Segundo uma nota publicada no New York Times sobre a situação no Michigan, sede das três grandes automotrizes “a economia no estado está em recessão por anos, e alguns especialistas estão convencidos de que nunca se recuperou da última recessão nacional em 2001. A taxa de desemprego é de 9,3% - junto com a de Rhode Island é a mais alta do país. (...) o total de residentes do Michigan que recebem alguma forma de assistência pública, como vales-refeição, ou créditos baratos para moradia, é agora de 1,82 milhões, cerca de 20% da população, um recorde para o estado”.

A profundidade da crise, como ocorreu na viragem do “laissez-faire” para o New Deal nos anos 30 parece ter criado um novo consenso entre neoliberais e *neokeynesianos*²⁴ sobre a necessidade de intervenção fiscal para estimular a economia.

²³ Os dados do Departamento de Trabalho são inexatos para os meses em curso, e estão sendo corrigidos nos meses que já transcorreram. Por exemplo, a cifra inicial de postos de trabalho perdidos para agosto era 73.000 e para setembro de 159.000, mas após a correção de dezembro de 2008, passou a ser de 127.000 e 284.000 respectivamente.

²⁴ Robert Rubin assinou um artigo com Jared Bernstein, um economista keynesiano do *Economic Policy Institute* em que afirmam que superar as “velhas dicotomias”, que “há um tempo para gastar, um tempo para poupar, um tempo para acumular déficit fiscal e um tempo para reduzi-lo”, e que “*com a atual crise financeira nossa visão comum é que no curto prazo nossa economia necessita de um grande estímulo fiscal que gera uma demanda econômica substancial*”, inclusive colocam a necessidade de que os trabalhadores recuperem o poder de negociação salarial. *No more economic false choice*, NYT, 3-12-08.

Para fazer frente a esta profunda recessão, Obama prometeu a criação de 2,5 milhões de postos de trabalho nos próximos anos, mediante a implementação de um plano de obras públicas para reconstruir a infra-estrutura bastante deteriorada do país, como pontes, autopistas, estradas, escolas e aeroportos e investir recursos públicos para o desenvolvimento de fontes de energia alternativas (construção de placas solares, moinhos para energia eólica, etc), o que popularmente se denominou “*keynesianismo verde*”. A isso se agrega sua promessa de campanha de ampliar a provisão de saúde – ainda que seu plano não incluía o benefício da saúde universal – baixar os impostos dos lares de menor renda e aumentá-los para os que ganham mais de 250.000 dólares por ano.

Obama, entretanto, não definiu o montante que investirá em estímulo fiscal para a economia, em campanha este não superava os 16 bilhões de dólares, provavelmente se ampliou nos últimos meses, porém, conhecidas as cifras do desemprego no início da recessão, os partidários de um novo New Deal consideram que este plano é completamente insuficiente. Por exemplo, para Nouriel Roubini faltam ao menos 30 bilhões de dólares em investimento público e para o último prêmio Nobel de economia, Paul Krugman, o plano de estímulo deveria ascender em cerca de 60 bilhões de dólares, equivalente a 4% do PIB, para motorizar a economia²⁵. Inclusive Zakaria desde a coluna da *Newsweek* aconselha a usar todas as ferramentas que um governo tem em mãos, por exemplo, “nacionalizar firmas, decretar feriados bancários, suspender as operações durante semanas, compras dívidas e ações e renegociar as hipotecas”, mas o mais importante é que “o governo norte-americano possa imprimir dinheiro”, o que em longo prazo tem efeitos nocivos já que “não são nada comparados com o colapso potencial do sistema financeiro”²⁶.

Os setores progressistas alimentam a ilusão que sob a pressão da crise e da mobilização popular, Obama tenha que reeditar a experiência do New Deal colocada em marcha por Roosevelt em 1933. Frente à evidência de que a administração de Obama tem um caráter essencialmente de “centro”, colocam o argumento de que Roosevelt tampouco tinha o programa do New Deal durante sua campanha em 1932, mas que sua política era o recorte do gasto público, mas que pragmaticamente terminou levando adiante uma política “progressista”. É verdade que Roosevelt mudou seu programa pelo

²⁵ O autor sugere que a recapitalização dos bancos levará inevitavelmente a um maior controle estatal, virtualmente a uma “nacionalização”, mas que será apenas temporária. Respondendo àqueles que colocavam que este tipo de programa já fracassou no Japão nos anos 90, Krugman assinala que a diferença é que a economia norte-americana ainda não está presa na armadilha da deflação.

²⁶ Zakaria, *There is a silver lining*, *Newsweek*, 11-10-08.

New Deal, e inclusive enfrentou a oposição de seu partido e de capitalistas que não tinham apreciado ainda o serviço que este programa lhes prestaria. Porém, o objetivo desta política não era “progressista”, mas representava a última oportunidade para salvar o capitalismo da crise e do fantasma da radicalização social.

Segundo o historiador Howard Zinn, as reformas sociais de Roosevelt

faziam frente a duas necessidades emergenciais: reorganizar o capitalismo de tal modo que superasse a crise e estabilizasse o sistema; e frear o alarmante crescimento de rebeliões espontâneas e greves gerais levadas a cabo em distintas cidades durante os primeiros anos da administração de Roosevelt²⁷,

que além da classe operária incluía as ações do movimento de desempregados que haviam desencadeado uma poderosa organização e das associações de bairro que resistiam ao desalojamento. O New Deal, como colocava Trotsky era um “privilegio” único dos Estados Unidos pela força de seu capitalismo, enquanto que outros países recorreram a outros instrumentos, como o fascismo.

Mas inclusive nos anos 30, o New Deal fracassou em tirar a economia da crise, ainda que a débil recuperação tenha contribuído para descomprimir a situação social, e desta forma prestou um grande serviço ao capitalismo. Como disse Roosevelt durante a campanha pela sua reeleição em 1936, “estávamos contra uma revolução, portanto lançamos uma guerra contra as condições que fazem as revoluções – contra as desigualdades e o ressentimento que as alimentam”. Porém, em 1937 a economia norte-americana entrou novamente em uma depressão e o New Deal deu o passo que se conheceu como “*War Deal*”, isto é a um enorme investimento estatal na indústria de guerra, que como defendia Trotsky num primeiro momento estimulou a reativação da economia ao mesmo tempo em que preparava o capitalismo norte-americano para dar um golpe decisivo em seus competidores quando estalasse a guerra. Desde o começo a administração Roosevelt continha ambas as tendências.

Em 1939, após o fracasso do New Deal, Trotsky defendia que “A política do New Deal, com seus resultados fictícios e seu aumento real da dívida nacional tem que culminar necessariamente em uma feroz reação capitalista e numa explosão devastadora do imperialismo. Em outras palavras, conduz aos mesmos resultados que a política do fascismo²⁸”. O triunfo norte-americano na Segunda Guerra Mundial, que deixou destruídas as potências com-

²⁷ Howard Zinn, *La otra historia de Estados Unidos*, Siglo XXI, México, 1999, pag 288.

²⁸ León Trotsky, *El marxismo y nuestra época*, 1939. En: *Naturaleza y dinámica*, pag 186.

petidoras, foi decisivo para garantir décadas de hegemonia inquestionada no mundo “ocidental” capitalista.

Em última instância, a aplicação de um pacote de estímulo fiscal pode ajudar a dinamizar a economia no curto prazo e, sobretudo, a desativar a bomba da crise social, mas a recuperação da economia capitalista não depende destas variantes, como da recuperação da rentabilidade e neste sentido, as medidas *keynesianas* mostraram seus limites a meados da década de 1970. Dificilmente a intervenção fiscal pela via da obra pública restaurará estes parâmetros e tirará a economia norte-americana da profunda crise em que se encontra.

Se nos anos 30 “graças aos imensos recursos, o imperialismo mais rico pôde por um tempo encontrar uma solução menos reacionária e violenta para o mesmo problema” e em lugar de tomar “o caminho da contra-revolução fascista, tomou o caminho da reforma²⁹” a margem de Obama para implementar um plano similar ao New Deal é muito menor. Diferente de Roosevelt que presidia um estado que era credor e que tinha enormes reservas e ouro, herdará uma dívida estatal sideral, incrementada pelo pacote milionário destinado à salvação dos bancos. Esta dívida nacional cresceu de maneira exponencial durante os oito anos da presidência de Bush até alcançar os 10 trilhões de dólares. O plano de aumentar 4 pontos mais do PIB, a dívida não parece viável, salvo com um maior endividamento ou com a emissão da moeda aumentando o risco de inflação. Como na dinâmica que levou desde o New Deal até a Segunda Guerra Mundial, a possibilidade de uma saída “reformista” à crise se revelará como uma ilusão passageira e não poderá fazer frente à catástrofe capitalista.

A CRISE, OBAMA E A LUTA DE CLASSES

Contra as visões economicistas e objetivistas, temos insistido que as crises econômicas não produzem de forma automática luta de classes revolucionárias, mas é uma condição necessária, já que ao lançar na miséria e no desespero milhões que já não têm como garantir sua existência, abrindo por um período a possibilidade de ações mais radicais que as que se vêem em tempos de normalidade burguesa.

Durante os quase 25 anos de ofensiva neoliberal, a classe operária norte-americana perdeu conquistas materiais e retrocedeu qualitativamente em sua organização sindical, segundo os dados disponíveis,

²⁹ George Novak, *Autopsy of the New Deal*, Fourth International N 1, mayo, 1940.

hoje só 7.5% dos trabalhadores no setor privado estão sindicalizados, enquanto que no setor público a porcentagem é de 35,9%. Tomado de conjunto 15,7 milhões de trabalhadores pertencem a algum sindicato, o que representa 12.1% dos assalariados, quase a mesma proporção que em 1930 ³⁰.

Nestes anos se produziu uma transferência monumental de recursos em direção ao 1% mais rico da população que recebe 24% da renda nacional, e

“apesar dos lucros das corporações terem se duplicado desde que a recessão deu lugar à expansão econômica em novembro de 2001, e ainda que a produtividade dos trabalhadores tenha aumentado mais de 15% desde então, o salário médio de um trabalhador norte-americano típico subiu só 1%, descontada a inflação ³¹”.

Este ataque patronal contra os trabalhadores segue sob a forma de demissões e cortes salariais ante a crise.

Como se viu na discussão parlamentar ao redor da salvação com fundos estatais das três grandes automotrizes – Chrysler, General Motors e Ford – a patronal e o estado capitalista querem aproveitar a crise para avançar ainda mais sobre as conquistas que apesar da ofensiva neoliberal das últimas décadas os setores de trabalhadores ainda conservam. Os meios de comunicação realizaram uma campanha sistemática contra os “altos custos trabalhistas” das três grandes automotrizes devido a que seus trabalhadores majoritariamente são sindicalizados se comparados com empresas como a Toyota, que paga salários muito inferiores aos seus trabalhadores norte-americanos³². O plano de reestruturação das automotrizes inclui a destruição de dezenas de milhares de postos de trabalho, o fechamento de fábricas, e em acordo

³⁰ Em 2005 ante a passividade da direção da AFL-CIO frente à declinação persistente dos trabalhadores sindicalizados sete sindicatos romperam e fundaram o *Change To Win*, O sindicato mais importante desta nova federação é o SEIU (Service Employees International Union).

³¹ Steven Greenhouse, *The Big Squeeze: Tough Times for the American Worker*, citado em *NYT*, 2-12-08. Outros estudos como *State of Working America*, assinalam inclusive que o salário perdeu ao redor de 3%.

³² Segundo uma nota do *The New York Times*, um “trabalhador médio do UAW custa para a General Motors cerca de 74 dólares a hora, numa combinação de salários, saúde, e benefícios futuros como pensões. Em comparação, a Toyota gasta 45 dólares por empregado nos Estados Unidos”. Mas o próprio jornal teve que reconhecer em outra nota que esta informação, que a CNN e os grandes meios divulgaram exaustivamente, estava intencionalmente distorcida: “os trabalhadores das Três Grandes não ganham nada parecido a 73 dólares a hora, (o que equivale a cerca de 150.000 dólares por ano). Esta cifra foi dada pela patronal como uma estratégia de comunicação durante as negociações salariais, e reúne distintas categorias: “a primeira categoria é o pagamento em dinheiro, inclui salários, horas extras e férias, e chega ao redor de 40 dólares a hora”, a segunda categoria são os benefícios de saúde e aposentadoria, que ascende a 15 dólares a hora, “ambos compõem a verdadeira compensação horária dos trabalhadores das automotrizes sindicalizados, que é de 55 dólares”. Além disso, “o custo trabalhista representa só 10% do custo de fabricante de um veículo”. \$ 73 an Hour: *Adding it up*, *NYT*, 10-12-08.

com a burocracia do sindicato *UAW* (*United Automobile Workers*), os congressistas do partido democrata e o próprio Obama, a redução significativa nos pagamentos de benefícios de saúde e previdência, e do “banco do emprego” através do qual os trabalhadores demitidos conservam uma parte do seu salário.

Salvo as diferenças, o *crack* de 1929 e a Grande Depressão também foram precedidos por uma década de ofensiva patronal com métodos violentos a organização sindical que o movimento operário havia construído enfrentando-se às gangues patronais entre 1918 e 1920. Farrell Dobbs, um dos organizadores revolucionários do movimento operário da época relata que “quando começou a depressão econômica dos anos 30 os trabalhadores estavam em uma crise de organização e direção. Só uma pequena porcentagem estava sindicalizada (...)”. Porém, as duras condições e o caráter conservador e pró-capitalista da burocracia da AFL deu lugar a uma onda de radicalização na base do movimento operário que se expressou primeiro no surgimento do *Committe for Industrial Organization* e a partir de 1937 *Congress of Industrial Organization*), que organizou aos trabalhadores não qualificados e semi-qualificados que eram rechaçados pela AFL. “Durante 1934 se deram três greves militantes –em Minneapolis, São Francisco e Toledo – todas triunfaram (...). Uma vez que surgiu o CIO, as indústrias básicas rapidamente se organizaram (...). Se desenvolveu uma onda de lutas sem precedentes na história norte-americana, tanto em seus alcances como em suas perspectivas revolucionárias.

Durante estes conflitos apareceu um novo fenômeno – as greves com ocupação – um dispositivo em que os trabalhadores ocupavam as fábricas e, se fosse necessário, as transformavam em bastiões da defesa contra os ataques dos “fura-greves”. Na greve dos *teamsters* de Minneapolis, os trotskistas tiveram uma influência decisiva. Para frear este processo de radicalização Roosevelt fez uma concessão com a aprovação da lei que reconhecia o direito à organização sindical e a negociação coletiva. Com esta medida, o regime liberal americano “dava aos trabalhadores o que já haviam ganhado com suas lutas, concedida ante o fato óbvio de que o grande ascenso operário tinha começado a se aprofundar para além da capacidade do governo e da patronal de freá-lo”³³. A burocracia sindical da CIO junto com os “progressistas” de então, o Partido Comunista e o Partido Socialista, usaram a medida para subordinar a classe operária de Roosevelt e ao Partido Democrata e abortou um processo embrionário de independência de classe.

A alta votação que Obama recebeu expressa as expectativas dos trabalhadores, imigrantes, a minoria afro-americana e outros setores em que seu governo reverta em parte esta situação, o que seguramente traduzirá a promessa de “mudança” em demandas concretas como a proteção dos postos de

trabalho ante a onda de demissões, a legalização dos imigrantes ou o fim das ocupações militares no Iraque e no Afeganistão. A burocracia da AFL-CIO que aportou com um volume significativo de votos em Obama, espera conseguir que se aprove uma nova legislação sindical, conhecida como *Employees Free Choice*, que apesar de não implicar no reconhecimento obrigatório por parte da patronal da organização sindical, devolveria ao trabalhador o direito de escolher pertencer ou não a um sindicato. Mas suas ilusões chocarão com a realidade de que o governo de Obama, para além de sua condição racial, não será de defesa seus interesses, mas os das grandes corporações e bancos imperialistas.

Como em outros momentos históricos, os “progressistas” mantêm a estratégia do “mal menor” e ante a evidência inegável de que Obama tentará fazer um governo de “centro”, isto é, manter o essencial dos últimos anos, justificam sua posição em que será mais “pressionável” pelas lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Por esta via, prestam um grande serviço à classe dominante ao manter a subordinação da classe operária e das minorias oprimidas ao partido democrata, um pilar fundamental do imperialismo norte-americano, alimentando ilusões em que é possível uma saída intermediária.

O aprofundamento da crise econômica e das contradições em nível internacional pode acelerar a experiência da classe operária e das minorias oprimidas com o governo de Obama no próximo período, e abrir um novo cenário da luta de classes, que como nos anos 30 não só deu lugar à radicalização operária, como também à exacerbação da xenofobia, do racismo, e do ressurgimento de grupos de extrema direita.

A ocupação por parte de seus 250 trabalhadores, em sua maioria latinos e negros, da fábrica *Republic Windows and Doors* no início de dezembro de 2008 em Chicago, uma medida que não ocorria desde a década de 1930, pode ser o sintoma de que novos fenômenos da luta de classes se anunciam.

A crise está golpeando os parâmetros “normais” do domínio burguês das últimas décadas. O mundo que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, dominado pelo cenário da Guerra Fria (no qual a dinâmica da revolução permanente esteve “bloqueada” devido a que os principais países imperialistas ficaram à margem dos processos revolucionários, que se multiplicaram na periferia do mundo capitalista, introduzindo uma profunda divisão na classe operária mundial) já é coisa do passado. Não só por que a União Soviética desapareceu de cena, mas por que a principal potência imperialista, os Estados Unidos, são o epicentro de uma crise econômica e hegemônica de magnitude e significação histórica. O caráter global da crise dá uma base objetiva para a unidade entre a classe operária dos Estados Unidos, a UE e o resto das potências imperialistas, com os trabalhadores e explorados dos

países dependente semicoloniais. Nesta situação de profunda queda na legitimação do sistema capitalista e do imperialismo norte-americano se abre a possibilidade de que a classe operária norte-americana, duramente golpeada durante os anos de ofensiva neoliberal, recupere sua capacidade de luta e organização, e que o controle mais débil da burocracia sindical sobre os trabalhadores abra espaço a uma maior espontaneidade e radicalização, tanto nos métodos de luta como na consciência política. Se esta dinâmica se confirma, e tomando como referência a onda de greves dos anos 30 na qual os trotskistas não só tiveram um papel decisivo, como também construíram uma organização com influência em setores significativos da classe operária, se farão também mais concretas e atuais as oportunidades para construir um partido operário revolucionário nos EUA. Para os revolucionários internacionalistas, desenvolver esta perspectiva se torna uma tarefa de vital importância, já que da revolução social nos Estados Unidos dependerá, em grande medida, o destino da revolução mundial.